



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 35/2019

Período: 28/09/2019 - 04/10/2019

GEDES - UNESP

- 1- O procurador-geral da República, Augusto Aras nomeou um militar para ser Assessor Especial de Assuntos Estratégicos
- 2- Os professores Luís Eduardo Afonso e Fábio Zambitte, comentaram sobre o Projeto de Lei 1.645/2019, que propõe a reestruturação da carreira militar
- 3- Durante a aplicação da Garantia da Lei e da Ordem em 2019, houve uma redução no número de incêndios e um aumento nos índices de desmatamento

1 – O procurador-geral da República, Augusto Aras nomeou um militar para ser Assessor Especial de Assuntos Estratégicos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o procurador-geral da República, Augusto Aras, nomeou um militar para ser assessor Especial de Assuntos Estratégicos, o general Roberto Severo. De acordo com o *Correio Braziliense*, o objetivo do procurador-geral é fazer um levantamento das ações dos antecessores à frente da Procuradoria Geral da República. O general Roberto Severo, atuou como secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República e também como chefe de gabinete do ex-ministro Eliseu Padilha, na Casa Civil. Outro nome escolhido por Aras, foi o do procurador Aílton Benedito, nomeado para ocupar a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério Público Federal. De acordo com o *Correio*, a nomeação de Benedito faria parte da estratégia do presidente da República Jair Bolsonaro, para mudar a visão histórica a respeito do regime militar (1964-1985). (*Correio Braziliense – Poder* – 28/09/19)

2 – Os professores Luís Eduardo Afonso e Fábio Zambitte, comentaram sobre o Projeto de Lei 1.645/2019, que propõe a reestruturação da carreira militar

Em coluna opinativa da *Folha de S. Paulo*, Luís Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração de Universidade de São Paulo (FEA-USP) e Fábio Zambitte, professor de direito previdenciário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), comentaram respectivamente, contra e a favor ao aumento dos gastos do governo federal com a remuneração dos militares. Segundo Afonso em março de 2019 o governo federal apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 1645/2019, que cuida do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). Este projeto soma-se à proposta de emenda constitucional (PEC) nº

6/2019, que trata do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), da União, dos estados e dos municípios. Ambas as propostas estão em tramitação no Congresso Nacional, porém em ritmos diferentes. Apesar das propostas serem similares a PL nº 1645/2019 trouxe consigo a reestruturação da carreira militar, possibilitando a criação de adicionais de habilitação e de disponibilidade militar, o ajuste de ajuda de custo quando da transferência para a reserva e a gratificação de representação. De acordo com Afonso o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2020 prevê aumento de gastos de R\$ 4,73 bilhões com a reestruturação, chegando a R\$ 86,85 bilhões em 10 anos, não sendo uma proposta adequada, pois a reforma do RGPS exigirá sacrifícios da maioria dos trabalhadores. Desta forma, Afonso argumentou que não seria o momento correto para “conceder vantagens aos militares”, pois a SPSMFA seria mais branda do que a PEC nº 6/2019, além da restrição orçamentária enfrentada pelo governo brasileiro, que resultou até mesmo no contingenciamento das despesas na área militar. Do outro lado, Zambitte argumentou que em comparação com outras carreiras de Estado, “a remuneração de militares conta com os piores patamares, com vencimentos do final de carreira frequentemente inferiores às remunerações iniciais da demais categorias”. Segundo Zambitte, a carreira militar é dotada de peculiaridades, tais como: limites temporais, físicos ou geográficos, garantindo o pronto emprego da tropa em qualquer lugar do território nacional e ausência de direitos básicos de trabalhadores privados e servidores públicos civis. Em decorrência da falta de direitos trabalhistas o Ministério da Defesa economiza anualmente aos cofres públicos R\$ 24 bilhões. Para Zambitte a PL nº 1645/2019 “busca valorizar a carreira militar e compensar suas peculiaridades, oriundas de imposições constitucionais e naturais da atividade” e uma forma encontrada pelo governo para realizar a reforma previdenciária dos militares, que contou com rejeição, mas promove uma compensação justa. (Folha de S. Paulo – Opinião - 28/09/19)

3 – Durante a aplicação da Garantia da Lei e da Ordem em 2019, houve uma redução no número de incêndios e um aumento nos índices de desmatamento Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, após um mês de ações das Forças Armadas na Amazônia, houve uma redução de 25,1% nos incêndios, em contraposição as apreensões de bens como motosserras e toras de madeira diminuíram 63,7%, conforme dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE). Além disso, o desmatamento continuou a avançar durante o período de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), conforme dados do INPE, até 20/09/19, foram desmatados 1113 km³ na Amazônia, contra 739 km³ no mesmo período em 2018. Em nota, o Ministério de Defesa defendeu a efetividade da operação argumentando que a presença das tropas na região inibiu crimes e, conseqüentemente, reduziu as autuações. De acordo com *O Estado*, “de 24 de agosto a 24 de setembro, porém, o total de bens apreendidos foi menos da metade do apreendido no mesmo período de 2018, em que não ocorreu nenhuma operação policial”. O jornal procurou o Ministério do Meio Ambiente, que não se manifestou. Ainda segundo *O Estado*, na semana passada o governo desbloqueou R\$ 70 bilhões contingenciados da pasta do Meio Ambiente. (O Estado de S. Paulo – Metrópole - 28/09/19)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).